

## CRIATIVIDADE ÉTICA

### I

1. Acolha-se, ou não, a distinção entre ética e moral, dificilmente a primeira consegue dissociar-se do carácter predominantemente normativo da segunda. É a instância do dever-ser que se impõe frequentemente, contrastada com a do ser. É também o modelo da lei a sobrepor-se ao da manifestação espontânea e inédita, mas nem por isso destituída de ordem racional. É ainda a tendência a circunscrever-se a ética ao âmbito estrito da antropologia, para reger o comportamento humano, cuja fundamentação é procurada no solo da natureza humana, tenha esta, ou não, por sua vez, um enraizamento ontológico.

2. Nesse contexto, a ética pode – e deve – situar-se ao lado dos outros saberes, podendo não somente disfrutar das características das ciências, como ainda tende a exigí-las, a fim de não deixar a actividade humana entregue ao fatalismo dos acasos, dos imprevistos. Não parece descabido afirmar-se que os ideais científicos da cultura ocidental têm sido prioritariamente requeridos para o foro da ética, mesmo que o desenvolvimento deles se tenha manifestado privilegiadamente em outros saberes, sobretudo nas chamadas *ciências da natureza* que, em boa medida, devido à sua preponderância e prestígio, acabaram por exercer, muitas vezes, as funções de ética – de moral –, como que naturalizando a própria acção humana, com o fito de esbater o exercício contingente desta.

3. Estas tendências favoreceram não apenas a formalização da ética como também o entendimento do bem e do mal em termos exteriores e farisaicos, distanciados da realidade e das intenções profundas da existência humana. Por outro lado e por idênticos

motivos, a ética deixa de lidar com o tempo, com o devir histórico, antes o sabotando, não obstante este ser determinante do real, particularmente das ex-pressões humanas deste. Persiste aí a ideia de uma natureza inal-terável que a legislação ética, ainda mais consistentemente, consi-gnaria, afastando qualquer resto de contingência. Com efeito, o dever-ser ético pretende acautelar todas as formas de contingência, mais ainda as de uma possível alteração temporal. A ética ocupar-se-ia do imutável, que facilmente se confunde com o passado, com o costume, guindando o estatuto do passado ao da intemporalidade.

4. Este teor cientificista da ética, explícito ou camuflado, se, por um lado, aproxima esta da configuração das chamadas *ciências exactas*, faz, por outro lado, da ética uma ciência específica, como aliás sucede com todas as outras ciências que, para manterem o seu estatuto epistemológico, têm de ser múltiplas, autónomas e indiferentes, umas relativamente às outras. Esta situação, tal como o clássico esquema das espécies, contribui para distanciar o ser humano dos outros extractos da realidade, como se competisse à actividade ética dos humanos afirmar o domínio destes sobre os demais seres, ditos inferiores, porque carecidos da capacidade racional, aquela, afinal, que faz da humanidade uma empresa bélica.

5. O mal, no contexto que vimos descrevendo, propende, muito justamente, a confundir-se com o erro, na medida em que lesa o padrão normativo estabelecido, tendo apenas na possível rebelião que acompanha, eventualmente, a consumação do erro, o carácter de mal ético. A confusão entre mal e erro, mas, sobretudo, a redução do primeiro ao segundo, assentam, com certa espontaneidade, numa ética que pretende ser ciência, sendo o mal, prioritariamente, um atentado contra a inteligência, ainda que nele intervenha a vontade.

6. A axiologia, que procurou substituir, em boa medida, a ética, não alterou significativamente os contornos desta, embora as influências frequentes da análise fenomenológica, levada a efeito na esfera axiológica, substituísse o formalismo científico da ciência ética pelo formalismo axiológico, sem dúvida diferente, mas, de qualquer modo, sempre de cariz formal.

## II

7. Mesmo que se considere negativa toda a situação anteriormente descrita, tem de se tentar descobrir a razão de um fenómeno de tanta relevância na cultura ocidental. É possível que ele revista configurações que só serão suficientemente clarificadas se se descer a esse solo cultural ocidental, se bem a formalização da ética não seja específica desta cultura.

Na economia do saber ocidental, a ciência constitui-se em desfavor ou mesmo contra a ontologia, que teria de sucumbir, precisamente porque carece dos requisitos epistemológicos exigidos pela ciência.

Desta forma, também o ser perdeu o seu prestígio, a favor do dever-ser, passando este a representar o verdadeiro ser, o seu ideal, substituindo a situação de facto pela de direito.

Dir-se-ia que o não apontar para o dever-ser reduziria a latitude do ser a situações de facto, situação que sempre a ética desejou superar. Na realidade, não se trata de tal redução. O que sucede é que a distância entre o que é e o que pode ser ou deve ser não se costuma fazer em termos de desenvolvimento histórico, mas, antes, em forma de dicotomia entre a consumação diversificada do facto e o padrão de direito que se estabelece. Para complicar a situação, sendo porventura este o elemento mais melindroso, o dever-ser é apurado consoante os desígnios antropomórficos que, mesmo não reconhecidos, estão sempre limitados pelo círculo de uma cultura, ao interpretar a natureza.

8. Afinal, as atracções e peripécias de averiguação do dever-ser são mais inconsistentes e menos irrecusáveis do que a instância do ser, embora este não caiba na categoria de imobilidade, antes aponta para o constante brotar da manifestação. Quer isto dizer que, enraizada a vida humana no ser, incumbe a esta, pela sua vocação ontológica, consentir a participar nessa dinâmica de manifestação, sem estabelecer quaisquer orientações aprióricas, imutáveis e formais. Poder-se-ia afirmar que a única orientação a estabelecer ou a única legislação a respeitar consistirão em não bloquear esse ímpeto de manifestação.

9. É hoje usual designar esta tarefa de expressão ontológica por hermenêutica, que salvaguarda a dinâmica do processo, se bem possa não estar ao abrigo de todos os perigos de redução antropomórfica. Por outro lado, não basta enraizar a ética no solo da her-

menêutica, já que toda a actividade humana pode ser caracterizada de hermenêutica, ainda a da construção científica, sem que preencha os requisitos duma ética ontológica. Esta terá de não permitir a petrificação particularizante da actividade do ser e, por idêntica razão, deverá atender ao movimento histórico do mesmo ser.

10. A ética ocidental tem assentado basicamente na doutrina das virtudes que, por sua vez, remetem para a instância da natureza humana, mantendo, então, os seus contornos antropomórficos. Santo Agostinho havia já dirigido, muito lucidamente, algumas reservas a tal ética, já pelo âmbito pouco universal dela, já porque, aí, dificilmente cabiam as novas virtudes cristãs, designadamente a da humildade, que, em termos strictos e segundo os cânones greco-romanos, não deveria entrar no vocabulário das virtudes. De qualquer modo, mesmo com outra fundamentação e diferente enquadramento e enriquecimento, o vocabulário das virtudes continuou, mantendo-se ainda nos nossos dias, não obstante se prolongarem, à volta dele, grandes equívocos, relativos à natureza da ética. Se quiséssemos averiguar qual a virtude que acompanharia a ética de enraizamento ontológico, diríamos, então, que seria a generosidade, precisamente a generosidade ontológica da manifestação do ser, de que a acção humana é uma das expressões.

11. Por outro lado, se quiséssemos saber em que consiste o mal, no foro dessa mesma ética ontológica, diríamos que é o bloqueamento da energia e orientação do ser, o seu afunilamento – que tem, no egoísmo, a contrapartida da generosidade – entendido também em sentido ontológico, como empobrecimento do ser, e não meramente antropológico.

12. É neste contexto que se torna possível falar em criatividade ética. Com efeito, esta não é o cumprimento de uma norma, mas uma tarefa de manifestação do ser, que não apenas o de características humanas. Por idêntico motivo, a ética não repete o que já foi manifestado, mas procura o novo, emprestando sentidos inéditos ao dado donde parte. De facto, o mal será a repetição, a indolência, a não fidelidade ao ímpeto de manifestação do ser. A actividade ética deve levar sempre consigo a pujança do que é, o viço de ser uma determinação que vê a luz do ser pela primeira vez, mas sempre continuando e transformando outras auroras.

13. A historicidade, que parece constituir uma aporia na esfera da normatividade ética, sobretudo se aquela é reduzida a uma con-

figuração situacionista, entra, pelo contrário, imprescindivelmente, na dinâmica ontológica. É que não se trata já da alteração, no tempo, de normas tidas por imutáveis, mas, antes, de manifestações novas do ser, onde tem flagrante pertinência a articulação entre o passado, o presente e o futuro, já que o ser é o dado irrecusável donde se parte e se manifesta no presente, apontando para o futuro. Será particularmente de realçar a referência constitutiva ao horizonte do futuro, não obstante este não figurar, habitualmente, na reflexão ética, excepto, ainda que com certo artifício, no quadro da chamada *ética do ambiente*, actualmente em moda. Não ter o horizonte do futuro no empreendimento da acção ética equivaleria a bloquear a intencionalidade do próprio ser.

14. Além disso, a ética não se restringe às dimensões humanas, menos ainda se estas forem encaradas em termos de imutabilidade. Bastaria articular, como importa, a ética com a acção, para logo se evidenciar a amplitude abrangente desta, nela penetrando a dinâmica de todo o real.

Estamos numa época de compulsão ética, visto esta é ser convocada para todos os quadrantes da actividade humana, desde a ecologia à ciência e à política. Não apenas se exige a presença da ética em todas as manifestações humanas, como também quase se chega a ampliar a ética – sobretudo o direito – a determinações não humanas, embora, com essa atitude, se procure mais orientar o comportamento humano do que o dos outros seres vivos. Fala-se, por exemplo, do “direito dos animais”, apenas para cultivar, no ser humano, o respeito pela natureza deles, quase sempre por motivos egoístas.

O que hoje se considera uma exigência em ecologia, a de carácter ético, deveria constituir uma situação normal e óbvia, sendo-o certamente na ética de enraizamento ontológico, mas que é artificial, quando este se encontra ausente, como sucede, aliás, quase sempre, na própria especulação ecológica. Deve, sim, indagar-se o motivo de se ter invertido a normalidade do processo, ao preterir-se o ontológico a favor do ético. O esclarecimento de esta incoerência já foi acima esboçado, quando se aludiu à preferência do dever-ser, relativamente ao ser, sobrepondo-se, desse modo, os ideais humanos à manifestação mais radical, ampla e harmoniosa das possibilidades do real.

Não temos que introduzir a ética na ecologia, mediante o artifí-

cio de contiguidade e justaposição de saberes. Teremos, sim, de conduzir a ética à perene e generosa fonte que a alimenta, a ontologia, o que, a suceder, a intensa manifestação da actividade humana, em vez de revelar tendências predadoras, desenvolverá harmoniosamente toda a diversidade do real, que, aliás, vai ao encontro das próprias possibilidades humanas.

15. A liberdade não se logra pela vitória do ser humano sobre os outros – humanos ou não –, mas, pelo contrário, torna-se possível, adensa-se e amplia-se pelo desenvolvimento da dimensão dos outros. A questão da liberdade não se situa apenas no quadro das relações sociais, prolongando-se, pelo contrário, à articulação com todas as manifestações do real. A liberdade é mais uma actividade de relação do que de autonomia. Ela não se define pelo estabelecimento de horizontes de limites, não fazendo mesmo grande sentido a consabida sentença, segundo a qual, a liberdade de cada um deve ter apenas o limite na liberdade dos outros. Pelo contrário, a tarefa da liberdade consoma-se pela amplitude cada vez mais dilatada da liberdade dos outros, já que faz parte da vocação para a liberdade e sinal da sua fecundidade tornar-se fonte de outras liberdades. Mesmo assim, a liberdade só ganha, se mantiver uma característica adjectiva, conjugando-se com a dinâmica substantiva do ser, indicando ela apenas o grau e o estilo deste. Só o ser que gera outro ser é verdadeiramente livre, intensificando a sua liberdade consoante participa no desenvolvimento da liberdade dos outros.

*Joaquim Cerqueira Gonçalves\**  
Maputo, 25 de Julho de 1997

---

\* Faculdade de Letras de Lisboa, onde se encontrou, na qualidade de aluno, com o Prof. Eduardo Abranches de Soveral, precisamente na disciplina de “Axiologia e Ética”, onde um e outro tentaram ser fiéis, cada dentro do seu estilo, à criatividade ética.